



BOLETIM DEPE

Abril de 2022



PUC-SP

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano VII, número 49



Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica.....	02
IBC-Br	02
Mercado de Trabalho.....	04
Crédito – Sistema Financeiro Nacional.....	07
Economia de Francisco	14
Cesta Básica	14
Microcrédito	17



Brasil: Atividade Econômica

IBC-Br

Em fevereiro/22 o IBC-Br reverteu o movimento de queda verificado no mês anterior e apontou expansão de 0,34% sobre janeiro/22. Ainda assim, ao observarmos a comparação com o mesmo mês de 2021 o indicador tem queda de 1,28%, acumulando com isso, no ano, retração de 0,71% na série dessazonalizada.

Dessa maneira, os 139,3 pontos do índice para fevereiro de 2022 encontra-se -0,04% abaixo dos 139,36 pontos de fevereiro de 2020, ou seja, a economia está rodando ainda praticamente no mesmo nível que encontrava-se no limiar do início da pandemia do coronavírus por aqui, deixando cada vez mais claro que a forte recuperação tão alardeada pelos membros do Governo Federal mal conseguiu recolocar o nível de atividade no que era há 24 meses e, pior, ainda -6,26% abaixo do melhor momento, verificado em dezembro de 2013 quando o índice marcou 148,61 pontos.

Na série observada o indicador aponta forte recuo de 1,84% na comparação trimestral e 4,82% no acumulado de 12 meses. Na tabela abaixo é possível verificar essas e outras comparações:

TABELA 1

IBC-BR Janeiro de 2022

	Observado	Dessazonalizado
Fevereiro22/Janeiro22	2,46%	0,34%
Fevereiro 22/Fevereiro 21	0,66%	-1,28%
Trimestre/trimestre	-1,84%	0,27%
Trimestre/trimestre ano anterior	0,88%	-0,08%
No ano	0,44%	-0,71%
12 meses	4,82%	4,58%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE-PUCSP



Segundo o último Boletim Focus (29/04/2022) analistas do mercado financeiro esperam que o Brasil tenha um crescimento em 2022 de 0,70%, significando a 5ª alta seguida na expectativa de crescimento da economia. Em se concretizando, sem dúvida será um crescimento pífilo para uma sociedade que conta com aproximadamente 12 milhões de trabalhadores desocupados e convive há alguns anos com taxas de desemprego superiores a 2 dígitos.

Rodolfo Viana – Economista e Mestrando em Economia Política – PUC/SP



Mercado de Trabalho

Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Segundo os últimos dados divulgados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em fevereiro de 2022, foi registrado saldo de 328.507 postos formais de trabalho (resultado de 2.013.143. admissões e de 1.684.636 desligamentos). No estoque total temos o saldo de 41.157.217 contratos formais.

Em todos os setores econômicos foi observado saldo positivo de postos de trabalho: Serviços (+215.421), Indústria Geral (+43.000), Construção Civil (+39;453), Agropecuária (+17.415) e Comércio (13.219).

No recorte regional, temos: Sudeste (+162.442), Sul (+82.898), Centro Oeste (+40.930), Nordeste (+28.085), e Norte (+12.727).

Perfil de Contratações:

- Homens 154.073 (46,90%) e mulheres 174.434 (53,10%)
- Faixa etária de 18 a 24 anos, independente do gênero (135.462 ou seja 41,23%)
- Escolaridade ensino médio (192.939 ou seja 58,73%)
- O salário médio de admissão foi de R\$ 1.878,66 (variação de -3,15% em relação ao mês anterior).



Reforma Trabalhista:

No mês de fevereiro/22 foram celebrados 19.947 desligamentos por acordo entre empregado e empregador. O saldo de contratações por contrato de trabalho intermitente foi de 8.828. Para os contratos de trabalho em regime parcial, o saldo observado no período foi de 9.518.

PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de janeiro, fevereiro e março de 2022, o número de desocupados atingiu cerca de 12 milhões de pessoas, estável em relação ao trimestre imediatamente anterior, e redução de 3,3 milhões de pessoas (21,7%) na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior. A taxa de desocupação ficou em 11,1%, estável sobre o trimestre anterior, diminuição de 3,8 p.p. na comparação com 2021.

No trimestre móvel terminado em março de 2022 houve retração de 534 mil pessoas na força de trabalho (0,5%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2021 há expressivo aumento de cerca de 4,8 milhões de pessoas (4,8%). A população fora da força de trabalho, que teve elevação (1,4%) em relação ao trimestre anterior, e retração expressiva, de cerca de 3,2 milhões de pessoas (4,8%) sobre 2021.

O número de ocupados caiu 0,5% ou cerca de 500 mil pessoas, na comparação com o trimestre imediatamente anterior e 9,4%, cerca de 8,2 milhões de pessoas, em relação ao mesmo trimestre de 2021. Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, foi observado crescimento de 1,1% no empregado no setor privado com carteira assinada, queda de 1,8% no empregado sem carteira e no conta própria (2,5%).

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, as maiores variações positivas foram no emprego doméstico sem carteira de trabalho assinada (21,7%), seguido pelo empregado no setor privado sem carteira assinada (19,3%).

O total de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) alcançou o contingente de 26,8 milhões de pessoas, queda de 5,4% (cerca de 1,5 milhão de pessoas) sobre o trimestre imediatamente anterior, já na comparação com o mesmo trimestre de 2021 a queda é de cerca de 5,1 milhões de pessoas (15,5%).



Em relação ao rendimento habitual do trabalho, a média real de todos os trabalhos (R\$ 2.548), com elevação de 1,5% sobre o trimestre imediatamente anterior, queda de 8,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2021, reflexo da alta da inflação e do crescimento de ocupações com menor remuneração, como o emprego sem carteira e o conta própria. A massa real de rendimentos totalizou R\$ 237,6 bilhões, aumento de 1% na comparação com o trimestre anterior e estabilidade em relação ao mesmo trimestre de 2021.

Mercado de trabalho – Indicadores selecionados

Posição no mercado de trabalho/Período	jan-fev-mar 2021	out-nov-dez 2021	jan-fev-mar 2022	Trim. Atual/Trim. Anterior(%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	102.339	107.758	107.224	-0,5	-534	4,8	4.885
Ocupadas	87.082	95.747	95.275	-0,5	-472	9,4	8.193
Desocupadas	15.257	12.011	11.949	-0,5	-62	-21,7	-3.308
Fora da força de trabalho	68.746	64.525	65.454	1,4	929	-4,8	-3.292
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	7.091	7.369	6.509	-11,7	-860	-8,2	-582
Na força de trabalho potencial	11.308	8.964	8.354	-6,8	-610	-26,1	-2.954
Desalentadas	5.919	4.789	4.594	-4,1	-195	-22,4	-1.325
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	33.655	28.344	26.812	-5,4	-1.532	-20,3	-6.843
Empregado C/ carteira setor privado	31.515	34.495	34.875	1,1	380	10,7	3.360
Empregado S/ carteira setor privado	10.244	12.443	12.216	-1,8	-227	19,3	1.972
Emprego doméstico	4.713	5.697	5.608	-1,6	-89	19,0	895
Setor público	11.409	11.375	11.262	-1,0	-113	-1,3	-147
Empregador	3.697	3.874	4.096	5,7	222	10,8	399
Conta própria	23.560	25.944	25.283	-2,5	-661	7,3	1.723
Conta própria com CNPJ	5.808	6.408	6.223	-2,9	-185	7,1	415
Conta própria sem CNPJ	17.752	19.536	19.061	-2,4	-475	7,4	1.309
Trab. familiar auxiliar	1.945	1.919	1.935	0,8	16	-0,5	-10
Rendimento real médio (R\$)	2.789	2.510	2.548	1,5	38	-8,6	-241
Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)	237.268	235.296	237.673	1,0	2.377	0,2	405

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP
Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Crédito

Crédito - Sistema Financeiro Nacional

Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Fevereiro / 2022

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês	Ano	12 meses		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 4.703,2 bilhões (1)	0,70%	0,70%	16,30%	Crescimento no mês	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.943,7 bilhões (1)	0,60%	-0,91%	9,86%	Recuperação na carteira mês	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.757,5 bilhões (1)	0,70%	1,71%	21,30%	Elevação no mês.	
	Concessão (R\$)	R\$ 387,5 bilhões (1)	-3,10%	-	23,20%	Queda em dias corridos, porém, elevação de 1,8% para dias úteis.	
Recursos	Livres	Saldo Total	R\$ 2.802,28 bilhões (1)	0,70%	0,10%	16,30%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.269,5 bilhões (1)	1,30%	-0,52%	16,70%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.537,3 bilhões (1)	0,50%	1,51%	23,70%	
	Direcionados	Saldo Total	R\$ 1.893,3 bilhões (1)	0,30%	0,60%	10,80%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 674,8 bilhões (1)	-0,60%	-1,60%	-0,90%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.214,7 bilhões (1)	0,80%	1,81%	18,50%	Dos recursos direcionados a maior alta é da carteira de FF.

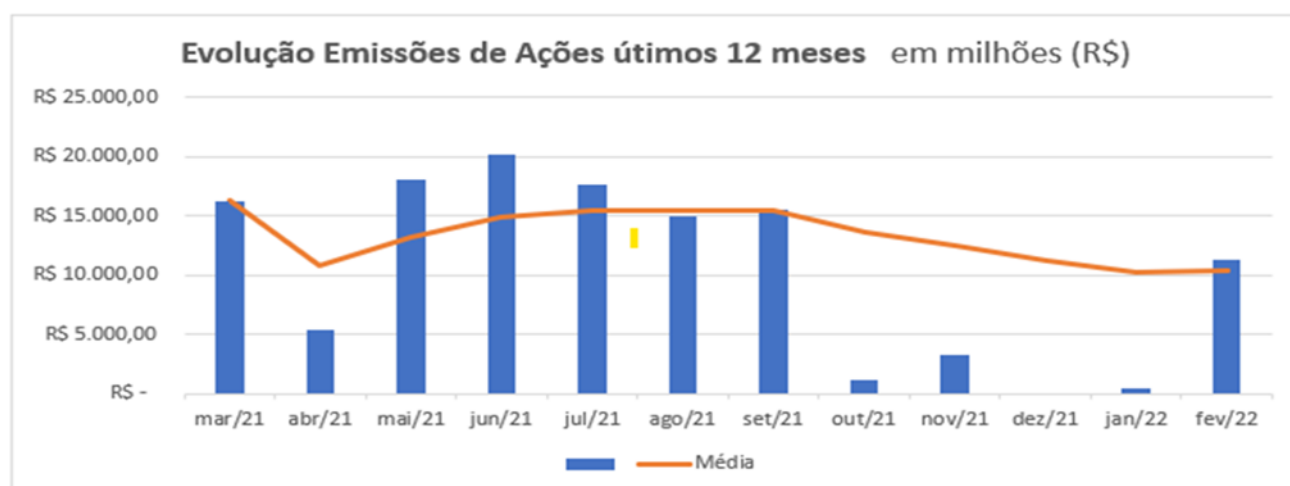
(1) Projeção

Fonte: Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e elaboração DEPE



Crédito: Mercado de Capitais

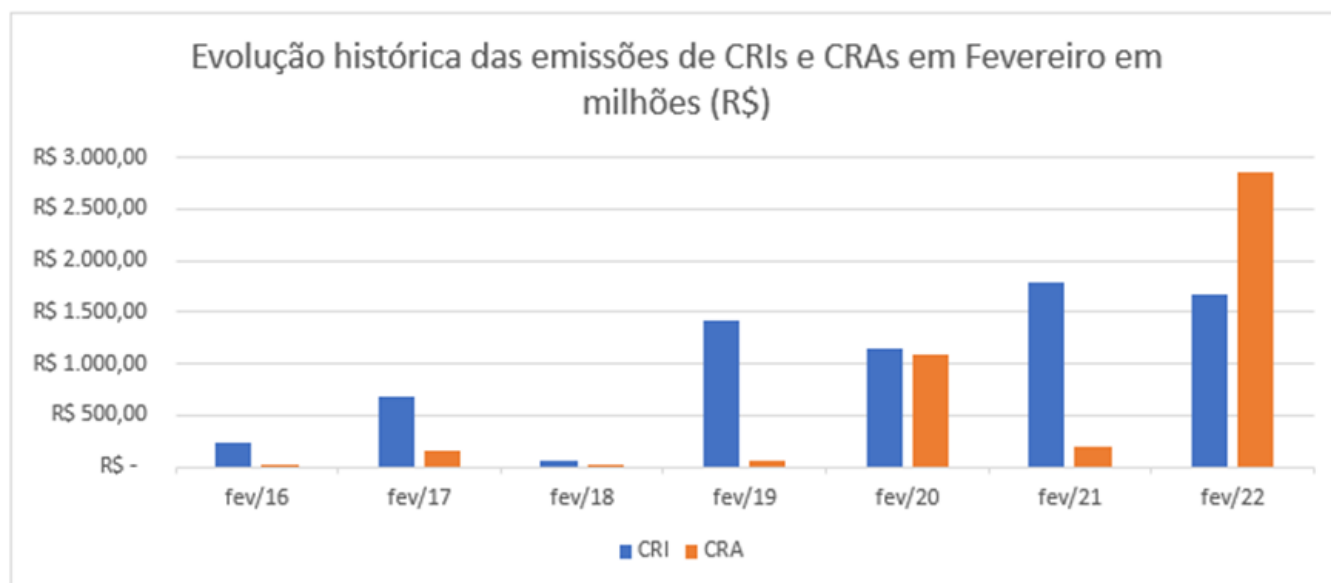
Crédito: Ações



Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE



Crédito: CRI e CRA



Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE

Endividamento

Brasil: PEIC - Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor (% do total de famílias)

Faixa Renda	jan/15	jan/16	abr/16	jan/17	jan/18	jan/19	jan/20	jan/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22
- 10 SM	58,8%	63,0%	62,7%	60,4%	62,9%	60,9%	66,4%	67,9%	77,7%	77,4%	77,8%	78,5%
+ 10 SM	50,8%	54,3%	53,6%	49,4%	53,6%	57,1%	60,9%	60,7%	70,9%	71,2%	72,2%	73,7%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Brasil: PEIC - Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor Tipo de dívida Por Instrumento (% do total de famílias)

Instrumento de Crédito	Tipo de dívida (% do total de famílias)											
	jan/15	jan/16	abr/16	jan/17	jan/18	jan/19	jan/20	jan/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22
Cartão de crédito	71,4%	78,6%	77,9%	76,9%	77,4%	78,4%	79,8%	80,5%	86,0%	87,1%	86,5%	87,0%
Cheque especial	5,3%	7,1%	7,8%	7,3%	5,0%	5,7%	6,5%	5,3%	5,9%	5,5%	5,7%	5,9%
Cheque pré-datado	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,0%	1,3%	1,1%	0,9%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%
Crédito consignado	3,6%	4,8%	5,8%	5,4%	5,4%	5,5%	5,5%	5,5%	6,5%	6,4%	6,5%	6,1%
Crédito pessoal	10,2%	9,8%	10,5%	9,7%	9,9%	8,4%	7,4%	8,4%	9,3%	9,3%	9,2%	9,4%
Camêes	18,4%	16,8%	15,4%	14,5%	16,9%	14,0%	15,9%	16,8%	20,6%	20,7%	19,9%	18,7%
Financiamento de carro	14,3%	12,5%	11,9%	9,9%	11,0%	9,7%	10,9%	9,9%	12,6%	12,1%	11,7%	11,2%
Financiamento de casa	8,3%	8,1%	7,5%	8,4%	8,4%	8,6%	9,3%	8,3%	9,5%	9,6%	9,1%	8,6%
Outras dívidas	1,3%	2,4%	2,5%	2,3%	2,7%	2,6%	2,2%	1,6%	7,1%	5,4%	2,0%	2,1%
Não sabe	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
Não respondeu	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,8%	0,3%	0,1%	0,1%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo



Taxa de Juros

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos - financ.automóveis	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Março / 22	83,73%	360,92%	147,38%	26,08%	57,54%	125,22%
Fevereiro / 22	82,90%	357,04%	145,46%	25,78%	56,81%	122,71%
Janeiro / 22	81,86%	354,15%	143,55%	25,05%	55,73%	121,21%
Dezembro / 21	81,03%	346,52%	141,39%	24,75%	54,65%	119,72%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital de Giro	Desconto de Duplicata	Conta Garantida
Fevereiro / 22	21,27%	22,71%	137,38%
Janeiro / 22	20,70%	22,13%	135,27%
Dezembro / 21	20,13%	21,56%	132,65%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade



Crédito: Análise

Em função da greve dos funcionários do Banco Central do Brasil – Bacen – grande parte dos relatórios regulares, não foram divulgados. Nesta medida, para a questão de crédito e do nível de endividamento alteramos nossas fontes primárias. Para os dados do crédito, utilizamos alguns indicadores da área econômica da Federação Brasileira de Bancos - Febraban que cobre até 88% das linhas de crédito e projetamos para fevereiro/22 a partir das últimas informações de janeiro/22 do Bacen.

O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em fevereiro/22, apresentou um crescimento de 0,70% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de 16,30%, com equilíbrio no crescimento entre pessoa física e pessoa jurídica. O saldo consolidado foi de R\$ 4.703,2 bilhões.

Para as concessões a expectativa de queda de - 3,10% para o mês de fevereiro/22 e elevação de 23,20% no acumulado de 12 meses, porém, se utilizarmos apenas os dias úteis observaremos um crescimento de 1,8% para o mês.

Após um mês de baixa movimentação no mercado de capitais, fevereiro/22 teve uma considerável alta de R\$ 56 bilhões a mais que no mês anterior. Isso representa um aumento de 276% nas emissões as quais o DEPE vem acompanhando. A maior representação desse montante é do mercado de ações, desde outubro de 2021, vinha apresentando baixa nas emissões primárias e secundárias mediante, sobretudo os aumentos recorrentes da taxa Selic ocorridos desde março de 2021, saindo do patamar de 2% naquela ocasião, para 11,75%, determinada na última reunião do Comitê de Política Monetária – Copom – ocorrida em 16/03/2022.

É importante lembrar que a taxa Selic é utilizada pelo banco central, como uma medida de contenção da inflação que após as restrições econômicas decorrentes da pandemia, têm sofrido aumentos fora das projeções do mercado. A Selic mantém a sua projeção para alta.

As debêntures contribuíram significativamente com esse aumento, comparado com janeiro/22 representou um crescimento de 245% nas emissões. O setor de energia elétrica, foi o destaque das emissões de debêntures. Com a participação da Equatorial Energia, que também fez emissões primárias de ações o que soma um total de R\$ 6.7 bilhões, para destinação de aquisição total da Echoenergia Participações.



Os certificados de recebíveis, tanto de agronegócios (CRA) quando de imobiliários (CRI), teve aumento comparado com janeiro/22 de 144%, e em sua série histórica, foi o maior volume também comparado com os mesmos meses dos anos anteriores, mostrando um superaquecimento, sobretudo, no setor de agronegócio.

Os certificados de recebíveis são beneficiados pelo aumento da Selic, por serem títulos de renda fixa, e como vantagem, a isenção de imposto de renda, que o torna uma alternativa bastante atrativa para perfis mais conservadores que buscam rentabilidade ou proteger o patrimônio da inflação.

Como foi alertado no início da análise, em função da greve dos funcionários do Bacen, alteramos também nossa fonte primária para o nível de endividamento. Utilizamos para o boletim DEPE do mês de abril/22, a informação divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo que realiza mensalmente a Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC, que é o resultado de dados capturados em todas as capitais do país e no Distrito Federal em uma amostra de aproximadamente 18 mil consumidores, sendo que em outubro de 2017 foi alterada a metodologia, o que levou a uma revisão da série histórica a partir de abril/2016.

De vários indicadores levantados na PEIC, destacamos dois deles para nossa análise. O primeiro foi o do percentual total de famílias endividadas em duas faixas de renda, as com renda abaixo de 10 salários-mínimos e as famílias acima de 10 salários-mínimos. Em ambas, utilizamos uma série histórica como fazemos com os dados do Bacen, a partir de janeiro/2015 e mesmo com a mudança metodológica com a série ajustada a partir de abril/2016, temos o mesmo comportamento, onde há um percentual elevadíssimo na atual crise se compararmos janeiro/15.

Para famílias com renda até 10 salários-mínimos temos quase 20% acima, chegando em 78,5% em março/22 do percentual total de famílias endividadas, contra 58,8% em janeiro/15. Para as famílias com renda acima de 10 salários-mínimos a diferença fica em 23%, pois, em janeiro/15 o percentual divulgado foi de 50,8% contra 73,7% para março/22.

O segundo quadro mostra o percentual de endividamento das famílias por produto de crédito, e o que chama a atenção e é extremamente preocupante, pois, o principal instrumento de endividamento das famílias concentra-se no cartão de crédito que atingiu 87% em março/22 contra 71,4% em janeiro/15. A taxa de juros divulgada pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac para o mês de março/22 foi de 360,92% para o cartão de crédito, ou seja, trata-se do juros mais alto cobrado entre os instrumentos de crédito para pessoa física e pessoa jurídica divulgados pela Anefac.



A perspectiva futura para o crédito permanece frágil, já que há uma combinação explosiva do aumento do endividamento ultrapassando muito os patamares anteriores, aliado a um juro, cada vez maior como reflexo das elevações da taxa básica por parte do banco central.

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.



Economia de Francisco

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.¹

Cesta Básica Mensal

Tal e qual em fevereiro/22, no mês de março/22 deste ano preço da Cesta Básica de alimentos pesquisados pelo DIEESE apresentou aumento nas 17 capitais onde a pesquisa é realizada atualmente.

Os aumentos mais expressivos ficaram foram no Rio de Janeiro (7,65%), Curitiba (7,46%), São Paulo (6,36%) e Campo Grande (5,51%). Para termos noção da magnitude dos aumentos em Março/22, a cidade onde o preço menos subiu, teve ainda assim incremento de 1,46% (Salvador).

O maior preço foi verificado novamente em São Paulo (R\$ 761,19) e, tomando por base a cesta básica mais cara e comparando ao salário mínimo nacional líquido (deduzida a parcela da Previdência Social) um trabalhador na capital paulista que tenha como remuneração o piso nacional comprometeu em março/22 67,90% da sua renda para adquirir a Cesta Básica. Na média em março de 2022 essa relação ficou em 58,57%, acima dos 56,11% de fevereiro de 2022 e substancialmente maior do que em Março de 2021, quando a média era de 53,71%.

O tempo médio de trabalho para adquirir a cesta em março de 2022 foi de 119 horas e 11 minutos. No mesmo mês do ano passado essa relação era de 109 horas e 18 minutos.

¹ Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>



Abaixo temos os dados para as 17 capitais onde a Cesta Básica é pesquisada atualmente:

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – Março de 2022

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	761,19	6,36	67,90	138h10m	10,24	21,60
Rio de Janeiro	750,71	7,65	66,96	136h16m	12,68	22,55
Florianópolis	745,47	5,36	66,49	135h19m	8,11	17,81
Porto Alegre	734,28	5,51	65,50	133h17m	7,52	17,79
Campo Grande	715,81	5,51	63,85	129h56m	11,61	29,44
Vitória	704,93	3,28	62,88	127h58m	6,48	18,10
Brasília	704,65	5,02	62,85	127h55m	13,37	21,33
Curitiba	701,59	7,46	62,58	127h21m	11,64	21,56
Belo Horizonte	669,47	4,28	59,72	121h31m	10,63	20,48
Goiânia	663,48	3,49	59,18	120h26m	11,09	20,18
Fortaleza	635,02	4,17	56,64	115h16m	9,66	22,82
Belém	585,91	1,92	52,26	106h21m	5,21	13,60
Natal	575,33	3,25	51,32	104h26m	8,65	20,47
João Pessoa	567,84	3,37	50,65	103h04m	11,16	18,67
Recife	561,57	2,25	50,09	101h56m	5,48	21,73
Salvador	560,39	1,46	49,99	101h43m	8,14	21,49
Aracaju	524,99	1,58	46,83	95h18m	9,82	11,99

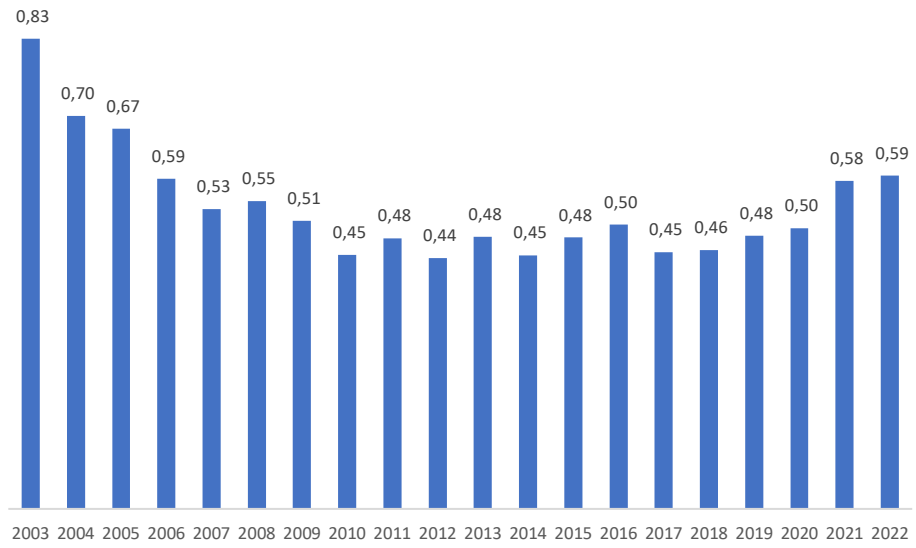
Fonte: DIEESE

Abaixo temos a relação da Cesta Básica em São Paulo e o Salário Mínimo Nacional vigente, ambos para março de cada ano. Nota-se que após constante melhora no indicador (ou seja, quanto menos a Cesta Básica custar com relação ao salário mínimo, melhor) no início da década de 2000, essa relação havia ficado abaixo de 0,50 desde 2010, oscilando entre 0,44 (menor) e 0,50 (maior).

A partir de 2017 essa relação só tem se deteriorado, chegando agora em 0,59, a pior marca de desde 2006, conforme gráfico abaixo, evidenciando que tanto o preço dos alimentos tem subido em demasia, quanto a política de valorização do salário mínimo tem feito falta para fazer frente ao desmonte da política de regulação de estoques de alimentos e outras políticas públicas que poderiam amenizar a subida de preços dos alimentos, encarecendo aquilo que é o básico para a subsistência das pessoas:



GRÁFICO 1
Relação entre valor da Cesta Básica em São Paulo e Salário Mínimo Nacional vigente
Março dos respectivos anos – 2003 a 2022



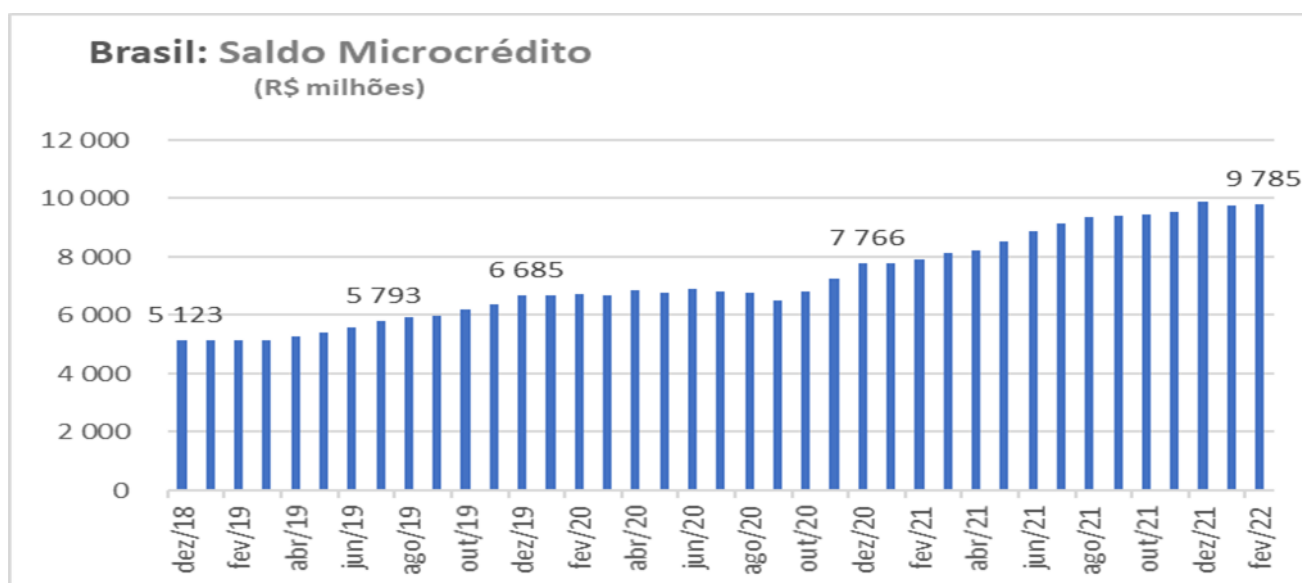
Fonte: DIEESE
Elaboração: DEPE



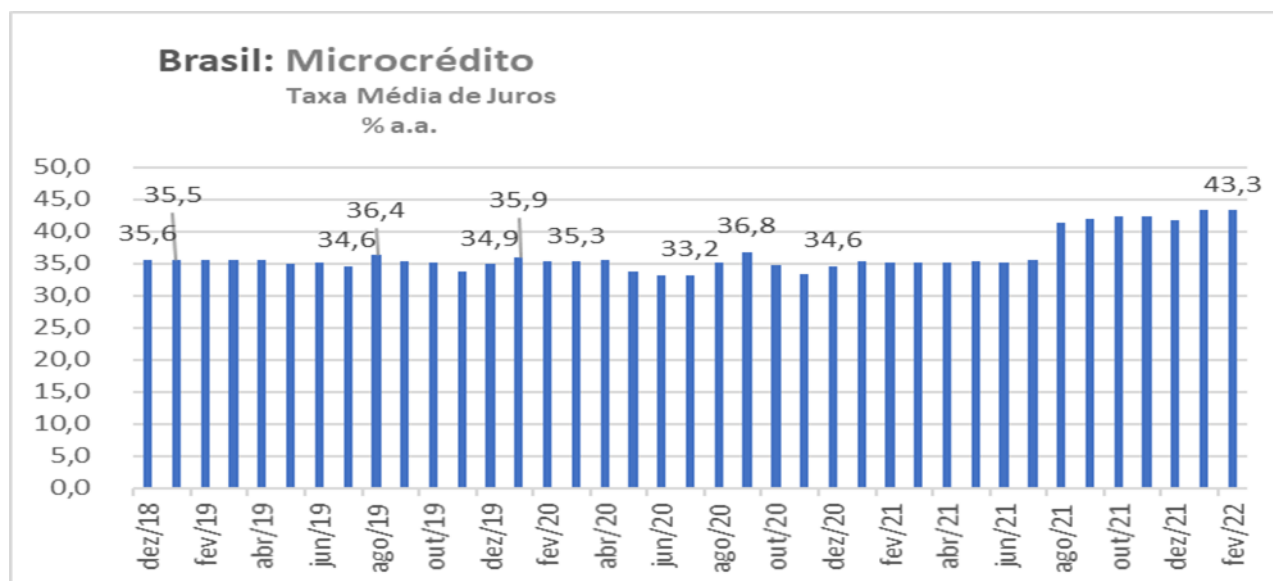
Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em fevereiro/22 ficou em R\$ 9.788 milhões, estabilidade de 0,1% mês.

Quanto a taxa de juros cobrada, também estável, sem variação observada 0,00% no mês, ficando a taxa média cobrada em no patamar de 43,3% a.a., porém, este patamar é reflexo das sucessivas elevações da Taxa Selic decididas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) desde 2021.



Fonte: BCB – elaboração DEPE



Fonte: BCB

Ana Claudia Del Ciel, mestra em Serviço Social pela PUC-SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Expediente

1.

Boletim DEPE, Ano VII, n.49.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;
André Luiz Naves Silva Ferraz – Bacharel em Direito, mestre em Economia política (PUC-SP);
Andrey G. Barbato, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);
Ana Carolina Gimenes dos Santos – Economista, mestre em Economia política (PUC-SP);
Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP (**Coordenador**);
Emerson Braz, graduando em Economia pela PUC-SP;
Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
João Frazão, economista, MBA em gestão empresarial (ESPM-SP) mestrando em história econômica pela USP;
José Victor Perroni Cassiolato, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);
Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Marisa Mathis, mestranda em economia Política pela PUC-SP;
Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Paulo Henrique Santos, mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;
Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;
Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;
Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP) Rua

Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 29/04/2022.